

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

LORENZO BOAVENTURA LUZARDO

**A REPRESENTAÇÃO DA IDEOLOGIA NO ESTADO NOVO A PARTIR DE UMA
ANÁLISE SEMIÓTICA**

São Borja

2018

LORENZO BOAVENTURA LUZARDO

**A REPRESENTAÇÃO DA IDEOLOGIA NO ESTADO NOVO A PARTIR DE UMA
ANÁLISE SEMIÓTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Comunicação
Social – Publicidade e Propaganda da
Universidade Federal do Pampa.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rocha

São Borja

2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

L979r Luzardo, Lorenzo Boaventura

A representação da ideologia no Estado Novo a partir de uma análise semiótica / Lorenzo Boaventura Luzardo.

56 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA, 2018.

"Orientação: Marcelo da Silva Rocha".

1. Getúlio Vargas. 2. Semiótica. 3. Ideologia. 4. Estado Novo. I. Título.

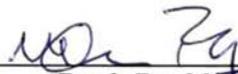
LORENZO BOAVENTURA LUZARDO

A REPRESENTAÇÃO DA IDEOLOGIA NO ESTADO NOVO A PARTIR DE UMA
ANÁLISE SEMIÓTICA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Comunicação
Social – Publicidade e Propaganda da
Universidade Federal do Pampa.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rocha

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 5, dezembro de 2018.
Banca examinadora:



Prof. Dr. Marcelo Rocha
Orientador
Unipampa



Prof. Dr. Cesar Andre Luiz Beras
Unipampa



Profª. Drª. Renata Patrícia Corrêa Coutinho
Unipampa

Dedico este trabalho a Fernando, Lelis, Vó Eva e Vó Fina,
Vô José e Vô Taco, e a meu Tio Sabino.

“Navegar é preciso; viver não é preciso.”

Fernando Pessoa

RESUMO

A presente pesquisa possui como tema a representação da ideologia no Estado Novo (1937-1945) – período da história política brasileira caracterizado pela ditadura instaurada pelo presidente Getúlio Dornelles Vargas – a partir de uma análise semiótica. Nesse sentido, objetiva investigar essa representação na ditadura em seus elementos semióticos, articulada à teoria social-crítica de Thompson. Para tal, utiliza, como objeto de análise, uma cartilha intitulada “A Juventude No Estado Novo”, criada e distribuída pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) aos jovens nas escolas. O aporte teórico do trabalho apropria-se, sobretudo, dos estudos de Charles Sanders Peirce sobre semiótica e de John B. Thompson a respeito dos modos operacionais de ideologia. Desse modo, articula as teorias e cria uma metodologia aplicável à cartilha, permitindo análise de suas páginas e conclusões acerca de seus propósitos.

Palavras-Chave: Getúlio Vargas. Semiótica. Ideologia. Estado Novo

RESUMEN

La siguiente investigación tiene como tema la representación de la ideología en el Estado Nuevo (1937 – 1945) – período de la historia política brasileña caracterizado por la dictadura instaurada por el presidente Getúlio Dornelles Vargas – a partir de un análisis semiótico. En ese sentido, objetiva investigar esa representación en la dictadura en sus elementos semióticos, articulada a la teoría social crítica de Thompson. Para eso, utiliza, como objeto de análisis, una cartilla titulada "La juventud en el Estado Nuevo", creada y distribuida por el Departamento de Prensa y Propaganda a los jóvenes en las escuelas. El aporte teórico del trabajo se apropia, sobre todo, de los estudios de Charles Sanders Peirce sobre semiótica y de John B. Thompson acerca de los modos operativos de ideología. De este modo, articula las teorías y crea una metodología aplicable a la cartilla, permitiendo análisis de sus páginas y conclusiones acerca de sus propósitos.

Palabras Clave: Getúlio Vargas. Semiótica. Ideología. Estado Nuevo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - imagem constitutiva das páginas 1 e 21 da cartilha.....	33
Figura 2 - página 3 da cartilha.....	35
Figura 3 - página 11 da cartilha.....	38
Figura 4 - página 12 da cartilha.....	39
<i>Figura 5 - página 7 da cartilha.....</i>	<i>42</i>
Figura 6 - página 8 da cartilha.....	44
Figura 7 - página 6 da cartilha.....	45
Figura 8 - página 16 da cartilha.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – CATEGORIZAÇÃO DAS PÁGINAS DA CARTILHA.....	31
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB – AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

ANL – ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

DIP – DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA

RIU – REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIPAMPA

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2. PEIRCE E AS RELAÇÕES TRIÁDICAS DOS SIGNOS	14
3. JOHN B. THOMPSON E OS MODOS OPERACIONAIS DE IDEOLOGIA	16
3.1 Ideologia como legitimação	16
3.2 Ideologia como dissimulação	18
3.3 Ideologia como unificação	19
3.4 Ideologia como fragmentação	20
3.5 Ideologia como reificação	21
4. O ESTADO NOVO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	23
5. SIGNO E IDEOLOGIA: ARMAS DE PERSUASÃO	25
6. DO SENTIMENTO DE NACIONALISMO E SEU USO PARA A DIFUSÃO DE IDEOLOGIAS	26
7. A CARTILHA “A JUVENTUDE NO ESTADO NOVO”: UMA METODOLOGIA PARA ANÁLISE	28
8. CATEGORIZAÇÃO DO CORPUS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE	31
8.1 Diferentes páginas, diferentes intuítos: a categorização das páginas da cartilha	31
8.2 A operacionalização da análise	32
9. IMAGEM, TEXTO, SEMIÓTICA E IDEOLOGIA: A ANÁLISE DA CARTILHA “A JUVENTUDE NO ESTADO NOVO”	33
9.1 A categoria “Heróis da Pátria”	33
9.2 A categoria “Imagens do Presidente”	37
9.3 A categoria “Moral e Bons Costumes”	41
9.4 A categoria “Pátria/Civismo”	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

Não são raros na história do Brasil a existência de momentos de total tensão política que contaram com a presença de líderes marcantes – a exemplo da República Velha, com Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto ou, em tempos mais recentes, da ditadura militar de 1964 e seus diversos presidentes. Todavia, na história brasileira, há poucos líderes que, mesmo enquanto desempenhavam um papel autoritário, foram aclamados pelo povo – mais importante que isso, aclamados por diversas fatias do povo, do pobre ao rico. Esse é o caso de Getúlio Dornelles Vargas – seguramente, um dos maiores estadistas a comandar a nação brasileira. Controverso em alguns pontos, mas assertivo em outros, foi presidente do Brasil de 1930 a 1945. Esse período está dividido historicamente em três fases: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e, por fim, pela fase a qual este Trabalho de Conclusão de Curso corresponde: o Estado Novo (1937-1945).

Dentre tantos epítetos pelos quais é reconhecido, Vargas foi “pai dos pobres e mãe dos ricos”. Tal fato é um dos principais incentivadores desta pesquisa, pois ser “pai” das classes desfavorecidas e “mãe” da elite leva a interpretar que o governante obteve êxito em agradar todas as classes – o que, atualmente, é inviável. Suspeita-se que, para ter atingido esse objetivo, o presidente contou, além de suas táticas governamentais, com propaganda estratégica relacionada a elas, buscando firmar-se como um governante que enxergava a todos, mesmo enquanto ditador. Todavia, isso ainda não foi investigado de um ponto de vista semiótico – o que, por sua vez, reforça a importância da pesquisa realizada. Outro ponto importante – e que contribui para o ineditismo do tema pesquisado – é o fato de que, na UNIPAMPA - São Borja, ainda não foi realizado nenhum trabalho de conclusão de curso de Publicidade e Propaganda que utilizasse de metodologias semióticas a fim de analisar características específicas da propaganda realizada por Vargas. Quando pesquisado no Repositório Institucional da Unipampa (RIU), encontra-se apenas o trabalho de Tauana Jeffman sobre Getúlio, todavia, o enfoque dado pela autora é diferente do encontrado neste trabalho.

Contextualizando para os dias atuais, é inegável a importância da propaganda política. Um fator comprovante disso é a existência de profissionais especializados em marketing político, além do “bombardeio” de propagandas existente em épocas

de eleição. Tal tipo de propaganda tem influência tão grande que, nessas épocas, é dedicado, por lei¹, um horário específico para propaganda dos candidatos, partidos e afins. Nesse sentido, o tema de estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso é a representação da ideologia no Estado Novo a partir de uma análise semiótica. Esse tema possui um caráter, também, comparativo – à medida que permite entender determinadas táticas utilizadas por propagandas políticas de outra época, possibilitando, por parte do leitor, transportar o que foi feito no passado para os dias atuais.

Esta pesquisa tem, como objetivo geral, investigar a representação da ideologia do Governo Vargas no Estado Novo (1937-1945) em seus elementos semióticos, articulada à teoria social-crítica de Thompson. Mais especificamente, a partir da análise da cartilha “A Juventude No Estado Novo”, criada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – órgão responsável pelo controle da comunicação durante o período – e distribuída, durante toda a ditadura, nas escolas para os jovens. O material é composto por diversas imagens e textos que se complementam entre si. Como objetivos específicos, pretende-se, para além da realização da análise semiótica crítica, contextualizar o período e perceber que estratégias publicitárias o DIP utilizou para a sustentação do Estado Novo – possibilitando, assim, a comparação com outros períodos históricos.

A cartilha apresenta imagens que vão desde cenas cotidianas até demonstrações de amor à pátria. A pesquisa, aqui apresentada, analisa essas imagens, a fim de entender que intuídos cada página da cartilha possuía, que espécies de comportamento estimulavam e que efeito o material como um todo buscava surtir nos jovens aos quais era distribuído.

Justamente pelo fato de o objeto de estudo ser constituído por imagem e texto – o que o torna dotado de diversos sentidos a serem interpretados – observou-se a necessidade da utilização do método semiótico para a execução da pesquisa. A semiótica de Charles Sanders Peirce é, então, aplicada às imagens e textos com o intuito de analisá-los. Em consonância à semiótica, a cartilha é, também, analisada de um viés ideológico, a partir de John B. Thompson. Utiliza-se dos modos operacionais de ideologia, pertencentes aos estudos do autor, articulados em

¹ A propaganda eleitoral gratuita é sancionada pela Lei 9504/97.

perspectiva semiótica às imagens constitutivas da cartilha, a fim de perceber que representações ideológicas são, nela, semioticamente expressas.

Tanto os *modus operandi* da ideologia, quanto os conceitos da semiótica peirceana podem ser utilizados como ferramentas para análises de imagens de propagandas políticas. Aqueles, a partir da observação da composição das imagens – o que elas suscitam, em que contexto estão inseridas. Estes, a partir dos sentidos que despertam – que objetivos uma imagem tem ao ser elaborada de determinada maneira, ao representar determinados personagens e ações, ao ser acompanhada de determinado texto. A execução da pesquisa situa-se dentro deste percurso, utilizando-se da articulação entre a semiótica de Peirce e a teoria social crítica de Thompson para investigar como a representação da ideologia acontece na cartilha.

2. PEIRCE E AS RELAÇÕES TRIÁDICAS DOS SIGNOS

Para o semioticista Charles Sanders Peirce, todo signo segue um padrão triádico de correlações sucessivas que ocorrem a partir do nível mais abstrato para o mais concreto. Com o intuito de categorizar os inúmeros fenômenos do mundo, amarrando-os à forma humana de significá-los, Peirce “desenvolveu uma fenomenologia de apenas três categorias universais que chamou de *Firstness*, *Secondness* e *Thirdness*, traduzidas por primeiridade, secundidade e terceiridade” (NÖTH, 2005, p. 63). É a partir dessas categorias que é possível compreender como se dá o sistema de signo na perspectiva peirceana.

Primeiridade é, então, “a categoria do sentimento imediato e presente das coisas, sem nenhuma relação com outros fenômenos do mundo” (NÖTH, 2005, p. 63). Pode, nesse sentido, ser entendida como uma primeira impressão – afirmação, essa, corroborada pela afirmação de Peirce (*apud* NÖTH, 2005, p. 63) de que esta “é a categoria do sentimento sem reflexão, da mera possibilidade, da liberdade, do imediato, da qualidade ainda não distinguida e da independência”. A secundidade, por sua vez, “começa quando um fenômeno primeiro é relacionado a um segundo fenômeno qualquer” (NÖTH, 2005, p. 64). Por fim, a terceiridade “é a categoria que relaciona um fenômeno segundo a um terceiro” (NÖTH, 2005, p. 64). Começa a ficar perceptível, a partir do esclarecimento desses conceitos, como se dá o padrão sucessivo de correlações que levam ao entendimento do que é um signo.

Tais conceitos são de fundamental importância para os objetivos deste trabalho, à medida que são o alicerce da classificação peirceana dos signos – a qual é utilizada para analisar o objeto de estudo do trabalho: a cartilha “A Juventude No Estado Novo”, distribuída durante toda a ditadura de Vargas.

Peirce classificou os signos a partir de três tricotomias, estabelecendo relações específicas entre primeiridade, secundidade e terceiridade dentro de cada uma. Ressalta-se, neste ponto, que, dentre as três tricotomias criadas, este trabalho utiliza apenas da segunda como ferramenta para análise da cartilha. “Os três elementos que a compõem são determinados conforme as três categorias fundamentais. São eles, o ícone, o índice e o símbolo” (NÖTH, 2005, p. 78).

Sendo ícone, índice e símbolo os elementos componentes da segunda tricotomia, faz-se necessário compreendê-los, a fim de esclarecer como são aplicados na análise do objeto de estudo. Ligado diretamente à primeiridade, o ícone

é “um signo cuja qualidade significativa provém meramente de sua qualidade” (PEIRCE *apud* NÖTH, 2005, p. 78). Ou seja, a iconicidade de um signo “inclui “similaridade” entre relações abstratas e homologias estruturais” (NÖTH, 2005, p. 80). Como já explicitado, a primeiridade pode ser entendida como uma primeira impressão. Por esse mesmo motivo, o ícone – que dela participa – corresponde, no âmbito da segunda tricotomia, ao “fragmento de um signo mais completo” (PEIRCE *apud* NÖTH, 2005, p. 78). Tal signo, por sua vez, será constituído também pelo índice e pelo símbolo – ligados, respectivamente, à secundidade e terceiridade.

O índice participa da secundidade uma vez que corresponde à relação segunda que é realizada logo após a primeira impressão instituída pelo ícone, conforme aponta Nöth ao afirmar que o índice “é um signo que estabelece relações diádicas entre representamen e objeto” (2005, p. 82).

Participando da categoria de terceiridade dentro da segunda tricotomia, há o símbolo.

A relação entre representamen e objeto é arbitrária e depende de convenções sociais. São, portanto, categorias da terceiridade – como o hábito, a regra, a lei e a memória – que se situam na relação entre representamen e objeto. Na definição peirceana, “um símbolo é um signo que se refere ao objeto que denota, em virtude de uma lei, normalmente uma associação de ideias gerais (NÖTH, 2005, p. 83).

Logo, o símbolo é a ideia sucessória final, definida arbitrariamente, que conclui o entendimento de um signo na segunda tricotomia de Peirce. A partir desta tricotomia e dos preceitos que a envolvem, a cartilha é analisada semioticamente a fim de buscar entender como a ideologia – a partir de Thompson – está nela representada por meio de seus signos.

3. JOHN B. THOMPSON E OS MODOS OPERACIONAIS DE IDEOLOGIA

Analisa-se, neste Trabalho de Conclusão de Curso, a representação da ideologia presente em uma cartilha distribuída aos jovens durante a Ditadura Vargas. Para isso, são abordados os modos de operação da ideologia, apresentados e descritos por John B. Thompson, articulados em perspectiva semiótica às imagens constitutivas da cartilha, a fim de perceber que representações ideológicas são, nela, semioticamente expressas.

Para Thompson, o conceito de ideologia é visto não a partir de concepções neutras, definidas por tentarem “caracterizar fenômenos como ideologia, ou ideológicos, sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios, ou ligados com os interesses de algum grupo em particular” (2002, p. 72). Mas, sim, a partir de concepções críticas:

Diferentemente das concepções neutras, as concepções críticas implicam que o fenômeno caracterizado como ideologia – ou como ideológico – é enganador, ilusório ou parcial; e a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos (THOMPSON, 2002, p. 73).

De acordo com a perspectiva do autor, a ideologia mantém, primeiramente, relação direta “com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder” (THOMPSON, 2002, p. 75). Pode-se, disso, inferir clara proximidade entre as teorias. O autor corrobora essa afirmação ao dizer que estudar a ideologia “é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2002, p. 76). Thompson apresenta e descreve cinco modos operacionais de ideologia, dando exemplos de estratégias de construção simbólica em que eles são, comumente, utilizados.

3.1 Ideologia como legitimação

O primeiro modo é a legitimação, que se apoia no fato de caracterizar uma determinada ação ou medida – a exemplo do âmbito político – como justificável. Thompson reitera essa ideia ao dar o exemplo de que “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas, como observou Max Weber, pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio” (2002,

p. 82). É possível perceber que simbologia – leia-se semiótica – e ideologia possuem, no que concerne à política, clara relação, conforme destaca Thompson ao afirmar que a:

[...] representação das relações de dominação como legítimas pode ser vista como uma *exigência de legitimação* que está baseada em certos fundamentos, expressa em certas formas simbólicas e que pode, em circunstâncias dadas, ser mais ou menos efetiva (THOMPSON, 2002, p. 82).

O autor traz, para cada *modus operandi* de ideologia, exemplos de estratégias em que elas são, comumente, aplicadas. A ideologia como legitimação acontece, muitas vezes, a partir de uma estratégia denominada “racionalização”. Através dela, “o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (THOMPSON, 2002, p. 82).

Outra estratégia que engloba a legitimação é a “universalização”. Nesta estratégia:

[...] acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos, e esses acordos são vistos como estando abertos, em princípio, a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem sucedido (THOMPSON, 2002, p. 83).

Por fim, o autor traz um último exemplo de estratégia que pode ser utilizada para que a legitimação opere enquanto ideologia: a “narrativização”. Essa estratégia está ligada a exigências de legitimação “inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável” (THOMPSON, 2002, p. 83). Na sequência de seu pensamento, o autor deixa mais claro e tangível o exemplo de como a narrativização pode ocorrer:

Histórias são contadas tanto pelas crônicas oficiais como pelas pessoas no curso de suas vidas cotidianas, servindo para justificar o exercício de poder por aqueles que o possuem e servindo, também, para justificar, diante dos outros, o fato de que eles não têm poder (THOMPSON, 2002, p. 83).

Tal estratégia está, por sua própria natureza, diretamente ligada, a partir do que comenta o autor, às produções midiáticas a que se tem acesso – podendo ser, nesse nível, utilizada em larga escala pela política.

3.2 Ideologia como dissimulação

O segundo modo operacional apresentado é a dissimulação. Conforme a própria expressão sugere, ele consiste em “disfarçar” em algum ponto uma determinada situação. “Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção [...]” (THOMPSON, 2002, p. 83). Esse modo pode ser visto como um recurso para caracterizar um determinado discurso ou medida – em geral, radical – como benéfico, através da figurativização da linguagem. Visto que, “em certos contextos, o sentido mobilizado desse modo pode estar envolto com poder, podendo servir para criar, sustentar e reproduzir relações de dominação” (THOMPSON, 2002, p. 86).

A dissimulação é bastante presente em diversas estratégias políticas, podendo ser aplicada de, pelo menos, três modos: “deslocamento”, “eufemização” e “tropo”. O “deslocamento” ocorre, de acordo com Thompson, quando “um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para o outro objeto ou pessoa” (2002, p. 83). A “eufemização”, por sua vez, facilita a dissimulação à medida que permite que “ações, instituições ou relações sociais sejam descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva” (THOMPSON, 2002, p. 84). Ou seja, a eficiência da eufemização está no ato de utilizar o discurso de forma tendenciosa, provocando mudanças sutis de sentido, mas que podem acarretar impactos extremamente positivos para ações que são, de fato, negativas.

O “tropo” é uma estratégia mais complexa dentro da dissimulação. Em suma, Thompson diz entender por tropo “o uso figurativo da linguagem ou, mais em geral, das formas simbólicas” (2002, p. 84). Nesse sentido, o autor descreve a estratégia como um “grupo de estratégias”, contemplado pelas figuras de linguagem chamadas “sinédoque”, “metonímia” e “metáfora”. A utilização da sinédoque exige:

[...] junção semântica da parte e do todo: alguém usa um termo que está no lugar de uma parte, a fim de se referir ao todo, ou usa um termo que se refere ao todo a fim de se referir a uma parte. Essa técnica pode dissimular relações sociais, através da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais amplas [...] THOMPSON, 2002, p. 84.

O uso da metonímia envolve “um termo que toma o lugar de um atributo, de um adjunto, ou de uma característica relacionada a algo para se referir à própria coisa, embora não existe conexão necessária entre o termo e a coisa” (THOMPSON, 2002, p. 85). A última estratégia relativa ao tropo explicada por Thompson é a de utilização da metáfora, a qual “implica a aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicado” (2002, p. 85). A vantagem de sua utilização encontra-se, justamente, na facilidade de colocar em segundo plano detalhes importantes, que acabam sendo suplantados pela utilização da figura de linguagem. O autor deixa isso mais claro ao concluir seu pensamento:

A metáfora pode dissimular relações sociais através de sua representação, ou da representação de indivíduos e grupos nelas implicados, como possuidoras de características que elas, literalmente, não possuem, acentuando, com isso, certas características às custas de outras e impondo sobre elas um sentido positivo ou negativo (THOMPSON, 2002, p. 85).

O tropo, então, caracteriza-se como uma estratégia extremamente rica em variações e detalhes, tornando-se versátil, conforme os exemplos, a diversas situações.

3.3 Ideologia como unificação

A unificação é o terceiro modo de operação da ideologia apresentado pelo autor. Tal qual Nöth traz o signo, na visão de Peirce, como algo que “depende de convenções sociais” (2005, p. 83), a ideologia como unificação dá-se:

[...] através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los (THOMPSON, 2002, p. 86).

Os conceitos conversam entre si ao passo que a unificação necessita, para obter êxito, identificar um símbolo comum – ou seja, uma convenção social – a todos

aqueles que ela pretende unir. Pode ser aplicada a partir de estratégias denominadas “padronização” e “simbolização de unidade”.

A partir das construções simbólicas, a padronização implica na criação de uma ideia fixa e centralizadora, podendo ser melhor entendida com o exemplo a seguir:

Essa é uma estratégia seguida, por exemplo, pelas autoridades de Estado, que procuram desenvolver uma linguagem nacional, em um contexto de grupos diversos e linguisticamente diferenciados. O estabelecimento de uma linguagem nacional pode servir para criar uma identidade coletiva entre os grupos e uma hierarquia legitimada entre línguas e dialetos dentro dos limites de um estado-nação (THOMPSON, 2002, p. 86)

A simbolização de unidade, por outro lado, implica a necessidade de um “processo contínuo de unificação simbólica, através do qual uma identidade coletiva é criada e continuamente reafirmada” (THOMPSON, 2002, p. 86).

A unificação consiste, então, após as explicações e exemplos, de modo sintético, em criar um norte comum a todos, permitindo, assim, grande controle das massas.

3.4 Ideologia como fragmentação

Em caminho oposto ao do modo anteriormente apresentado, o quarto *modus operandi* da ideologia é a fragmentação.

Relações de dominação podem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador (THOMPSON, 2002, p. 87).

Para tal, a fragmentação pode operar, por exemplo, através de estratégias denominadas “diferenciação” e “expurgo do outro”. A diferenciação é caracterizada por valorizar e estimular:

[...] a ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder (THOMPSON, 2002, p. 87).

O expurgo do outro, por sua vez, envolve criar um inimigo em comum “retratado como mau, perigoso e ameaçador” (THOMPSON, 2002, p. 87). Há certa semelhança, principalmente nessa estratégia, com o *modus operandi* de unificação. Todavia, o expurgo do outro busca unir através da criação de algo a ser temido ou enfrentado, enquanto a unificação une através de algo a ser adorado.

3.5 Ideologia como reificação

O quinto e último modo operacional da ideologia é a reificação, que consiste em retratar processos “como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado” (THOMPSON, 2002, p. 87). É como se um acontecimento ocorresse por si só, sem agentes que o tenham desencadeado. Os ícones e índices acabam por ser ocultados, tornando a relação diádica, entre representamen e objeto, tendenciosa e, conseqüentemente, influenciando o processo de terceiridade para que este leve à definição de um símbolo não tão concreto. Ao acontecer este processo, a reificação e seus recursos “concentram a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas com prejuízo de outros” (THOMPSON, 2002, p. 88).

Uma das estratégias referentes a esse modo de operação de ideologia é chamada “naturalização”.

Um estado de coisas que é uma criação social e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado de características naturais, do mesmo modo como, por exemplo, a divisão socialmente instituída do trabalho entre homens e mulheres pode ser retratada como um resultado de características fisiológicas nos sexos, ou de diferenças entre sexos (THOMPSON, 2002, p. 88).

Outra estratégia, um tanto semelhante à naturalização, é a “eternalização”. Thompson explica que, entre as características dessa estratégia, uma das principais é o fato de fenômenos históricos e sociais serem “esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes” (2002, p. 88).

A reificação, a exemplo da dissimulação, também possui estratégias ligadas a conceitos da linguagem: a “nominalização” e a “passivização”. Esta, “acontece quando sentenças, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes

envolvidos, são transformados em nomes” (THOMPSON, 2002, p. 88). Aquela, dá-se “quando verbos são colocados na voz passiva, como quando dizemos que “o suspeito está sendo investigado”, ao invés de “os policiais estão investigando o suspeito” (THOMPSON, 2002, p. 88). Há grande similaridade nas estratégias e, por esse mesmo motivo, ambas são colocadas lado a lado. O autor, ao prosseguir sua explicação, ressalta mais detalhadamente como a nominalização e a passivização se relacionam:

Elas apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas. Elas também tendem a eliminar referências a contextos espaciais e temporais específicos, através da eliminação de construções verbais, ou narrando-os num gerúndio. Esses e outros recursos gramaticais ou sintáticos podem, em circunstâncias particulares, servir para estabelecer e sustentar relações de dominação através da reificação de fenômenos sócio-históricos (THOMPSON, 2002, p. 88).

Tais informações comprovam o quão poderosa pode ser a reificação dentro de um cenário de relações de dominação, visto que o modo de operação de ideologia permite a execução de variados tipos de ação como se elas não tivessem nenhum responsável direto.

4. O ESTADO NOVO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Não se pode falar da ditadura de Getúlio Dornelles Vargas sem, antes, levar em consideração os períodos de 1930 a 1934, “quando, pelas armas, assumiu a presidência da República” (PANDOLFI, 1999, p. 9), e de 1934 a 1937. Nesse último, “parlamentares escolhidos pelo voto direto promulgaram uma Constituição e elegeram o então chefe do governo provisório – Getúlio Vargas – para a presidência [...]” (PANDOLFI, 1999, p. 9). A partir da efetivação da Constituição de 1934, ficava, de acordo com Dulce Pandolfi, decretado que “o mandato presidencial teria a duração de quatro anos, não sendo possível a reeleição” (1999, p. 9). Vargas teria que deixar, obrigatoriamente, a presidência em 1938. Tal fato dava asas à esperança da restituição da democracia no Brasil, porém, como afirma Boris Fausto:

[...] pouco mais de três anos após ser promulgada a Constituição, o golpe do Estado Novo frustrou as esperanças. Concorreram para o desfecho grupos situados no interior do governo, em especial no Exército, as vacilações dos liberais e a irresponsabilidade da esquerda (FAUSTO, 2012, p. 194).

O clima político do país tornou-se extremo com a instalação de um governo constitucional – e, utilizando essa justificativa, Getúlio passava a tomar medidas mais radicais.

Dois importantes movimentos de massas, com conotações ideológicas bem distintas, mobilizaram a população: a Ação Integralista Brasileira (AIB), nacionalista e antiliberal, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), nitidamente de oposição a Vargas e que congregava socialistas, comunistas, católicos e nacionalistas. Em novembro de 1935, levantes comunistas eclodiram em Natal, Recife e Rio de Janeiro. As revoltas foram debeladas rapidamente, mas o “perigo comunista” passou a ser utilizado como justificativa para o governo intensificar e aprimorar mecanismos de repressão e de controle da sociedade (PANDOLFI, 1999, p. 9).

Tais medidas repressivas deram abertura ao que, posteriormente, culminou no golpe que deu origem ao Estado Novo. O presidente anuncia, então, em 10 de novembro de 1937, “uma nova fase política e a entrada em vigor de uma Carta constitucional elaborada por Francisco Campos” (FAUSTO, 2012, p. 200). A ditadura de Getúlio Dornelles Vargas havia sido instaurada.

Com a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial instalou-se por toda parte. Mas, ao lado da violenta repressão, o regime adotou uma série de medidas que iriam provocar modificações substantivas no país. O Brasil, até então, basicamente agrário e exportador, foi-se transformando numa nação urbana e industrial. Promotor da industrialização e interventor nas diversas esferas da vida social, o Estado voltou-se para a consolidação de uma indústria de base e passou a ser o agente fundamental da modernização econômica (PANDOLFI, 1999, p. 10).

A Ditadura Vargas mudou totalmente os rumos da história brasileira:

[...] o regime foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações. O movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não poderiam reagir; a classe dominante aceitava o golpe como coisa inevitável e até benéfica. O Congresso dissolvido submeteu-se, a ponto de oitenta de seus membros irem levar solidariedade a Getúlio a 13 de novembro, quando vários de seus colegas estavam presos (FAUSTO, 2012, p. 200).

O Estado Novo caracterizou-se como um período de intensas evoluções, mas, também, de extrema repressão e medidas autoritárias.

5. SIGNO E IDEOLOGIA: ARMAS DE PERSUASÃO

Levando em conta os propósitos do presente trabalho, revela-se de fundamental importância abordar a natureza persuasiva à qual o signo e a ideologia podem ser relacionados. Aduzindo-se, primeiramente, o signo e seu aspecto persuasivo:

[...] é necessário reconhecer a organização e a natureza formadora dos signos lingüísticos. Afinal, é da inter-relação dos signos que se produz a frase, o período, o texto, logo, a matéria-prima voltada à montagem das estratégias discursivas de convencimento (CITELLI, 2007, p. 24).

O signo, portanto, é componente integrante de estratégias de persuasão, estando presente, por lógica, na propaganda – inclusive na propaganda política. A ideologia, por sua vez, também caracteriza-se como arma de persuasão. De acordo com o teórico e filósofo Mikhail Bakhtin, “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (2006, p. 29). Ou seja, assim como o signo é persuasivo, a ideologia, por estar, conforme explicita o autor, ligada a ele, também é.

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico (BAKHTIN, 2006, p. 30).

Por si só, tanto o signo quanto a ideologia são poderosas armas de persuasão, porém, quando esses conceitos são interpretados a partir de uma perspectiva em que se unem, passam a ser dotados de uma nova e maior capacidade de persuasão.

6. DO SENTIMENTO DE NACIONALISMO E SEU USO PARA A DIFUSÃO DE IDEOLOGIAS

A natureza deste Trabalho de Conclusão de Curso está ligada, diretamente, à análise de estratégias políticas aplicadas em um governo que utilizou do estímulo ao nacionalismo e, por consequência, do patriotismo. O teórico cultural e sociólogo Stuart Hall alega que “culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações” (2006, p. 50). Ou seja, fica claro, a partir da afirmação do autor, que a noção instituída de pátria como um lugar de pertencimento é construída de maneira também simbólica e, portanto, semiótica. Hall reitera a ideia de que culturas nacionais são construídas de forma simbólica, relacionando de forma mais densa o papel do sentido nesse processo:

Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2006, p. 51).

Eric Hobsbawm, historiador marxista britânico, fez considerações importantes sobre o nacionalismo do século XX e a forma como ele passou a ser expresso em sociedades modernizadas, urbanizadas e que já haviam se incorporado à alta tecnologia proveniente da época. O autor aponta o surgimento da moderna comunicação de massa – tais como a imprensa, o cinema e o rádio – como grande difusor de ideologias populistas.

Por esses meios as ideologias populistas podiam ser tanto padronizadas, homogeneizadas e transformadas quanto, obviamente, podiam ser exploradas com propósitos deliberados de propaganda por Estados ou interesses privados. Mas a propaganda deliberada quase certamente era menos significativa do que a habilidade de a comunicação de massa transformar o que, de fato, eram símbolos nacionais em parte da vida de qualquer indivíduo e, a partir daí, romper as divisões entre as esferas privada e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia, para esferas pública e nacional (HOBSBAWM, 1990, p. 170).

A cartilha “A Juventude No Estado Novo” é um exemplo claro do modo como Getúlio Vargas utilizou da comunicação de massa, referida, no trecho acima, por Hobsbawm, para difundir sua imagem e os ideais do Estado Novo – apropriando-se, sobretudo, das construções simbólicas do sentimento de nacionalismo, apresentadas por Stuart Hall.

7. A CARTILHA “A JUVENTUDE NO ESTADO NOVO”: UMA METODOLOGIA PARA ANÁLISE

O Estado Novo foi um período conturbado da história brasileira. Caracterizada por medidas extremas, a ditadura instaurada por Getúlio Vargas foi composta de diversas estratégias ideológicas que buscavam levar à sua aceitação – ou normalização – por parte do povo. Lira Neto reafirma este caráter extremo do período político ao afirmar que a ditadura “impusera-se à nação com o apoio das Forças Armadas – e eram elas que continuavam a garantir a efetiva sustentação do regime” (2013, p. 283).

A cartilha “A Juventude No Estado Novo” foi um material elaborado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – órgão “criado no final de 1939 em substituição ao anterior Departamento de Propaganda e de Difusão Cultural” (NETO, 2013, p. 300). Era de sua alçada o controle da comunicação e, dentre suas funções, uma das mais importantes era a promoção do Governo Vargas, juntamente à repressão exercida sobre todo e qualquer conteúdo que fosse chegar ao povo. O DIP “expandiu consideravelmente o controle do Estado sobre as comunicações, ao contar com cinco divisões específicas – Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa” (NETO, 2013, p. 300).

A cartilha – semelhante a uma revista – era distribuída aos jovens nos colégios, e apresentava informações sobre o presidente e as benesses da ditadura, contendo imagens e textos em todas as páginas. Seu conteúdo é constituído por ilustrações diversas, as quais trazem a figura do jovem – ligada à da pátria –, além de ícones da história brasileira, a exemplo de Tiradentes e Duque de Caxias. O próprio presidente também é representado nas imagens da cartilha, interagindo com os jovens, com o povo e no cumprimento de seus deveres como líder da nação. Cada uma das imagens é acompanhada de pequenos textos do presidente – extraídos de discursos, manifestos e entrevistas à imprensa – os quais buscam complementar o sentido do que está sendo representado imgeticamente.

Determinadas páginas do documento são, neste trabalho, analisadas em viés ideológico e semiótico, de modo que ambas as teorias articulam-se e possibilitam entender como a ideologia do Estado Novo era representada semioticamente na cartilha a fim de sustentar as relações de poder desse período político.

A primeira parte do trabalho utilizou da revisão de literatura, com o objetivo de colher informações pertinentes ao tema, que pudessem ser articuladas entre si a fim de alcançar os objetivos delimitados.

A revisão de literatura resultará do processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhidos. Permitirá um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o tema e/ou problema da pesquisa (SILVA; MENEZES, 2005, p. 37).

A definição acima é de Edna Lúcia da Silva e Estera Muszkat Menezes, e sintetiza o que é a revisão de literatura e sua essencialidade para o presente trabalho. Essa revisão ocorreu a partir de livros, endereços online e demais documentos ligados à época do Estado Novo, com o intuito de buscar embasamento e informações que agreguem às descobertas do trabalho e possibilitem maiores reflexões acerca do tema.

Um dos principais autores que norteiam este trabalho é o semioticista Charles Sanders Peirce.

Na contramão dos métodos que escravizam, há métodos que libertam. A semiótica é uma ciência que propõe metodologias para pesquisa em todas as ciências, sem agredir ou contestar os paradigmas de cada uma delas. Uma das características mais marcantes dessa parceria é o respeito e a inclusão produtiva de sistemas de organização e sistematização do conhecimento em formatos por vezes imprevistos porque multiplanares e multidirecionais (IASBECK, 2010, p. 194).

Iasbeck, no trecho acima, afirma que a semiótica atua em direção oposta a determinados métodos com características exatas. Tal afirmação justifica o porquê do uso da metodologia neste trabalho, visto que, quando se fala de semiótica, há sempre certo grau de subjetividade envolvido. O autor corrobora isso ao dizer que o signo, a partir da perspectiva de Peirce:

[...] é tudo aquilo que nos chega da realidade, que nos é dado perceber e que, portanto, não é realidade inteira, mas uma parcela dela, uma parte ou uma dimensão que representa o todo, na impossibilidade de que ele apareça em sua plenitude (IASBECK, 2010, p. 194)

Em consonância à semiótica, o objeto de estudo é, também, analisado de seu viés ideológico, a partir de Thompson e seus estudos sobre a ideologia e os modos como ela opera. Torna-se necessário introduzir o autor neste ponto, visto que a

pluralidade dos modos operacionais é peça chave para o trabalho e que, a partir da semiótica, é que a representação desses modos é analisada.

A articulação de ambos os conceitos justifica-se à medida que o próprio autor afirma que “trabalhar semioticamente um objeto de pesquisa significa relacioná-lo com o maior e o mais significativo número e natureza de possibilidades que ele comporta, buscando compreendê-lo em movimento, dinâmico e operante [...]” (IASBECK, 2010, p. 203, In: DUARTE; BARROS (Org.)). É também nessa afirmação que se expressa a forma como são utilizados os modos operacionais da ideologia – que correspondem ao “significativo número e natureza de possibilidades” citadas pelo autor – articulados aos conceitos da semiótica Peirceana.

8. CATEGORIZAÇÃO DO CORPUS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

8.1 Diferentes páginas, diferentes intuitos: a categorização das páginas da cartilha

A cartilha tema deste trabalho é composta por, exatamente, vinte e uma páginas, excluindo-se capa e contracapa. Com exceção da segunda página, composta apenas por texto, todas as outras possuem imagens e textos que se complementam entre si e buscam gerar um determinado sentido na mente do receptor. A partir desses determinados sentidos que as páginas evocam, criaram-se quatro categorias que abrangem os diferentes intuitos presentes nas páginas da cartilha, apresentadas na tabela abaixo em ordem alfabética.

Tabela 1 – CATEGORIZAÇÃO DAS PÁGINAS DA CARTILHA

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Heróis da Pátria	Nessa categoria, estão contempladas as páginas que trazem, de algum modo, a figura de personagens históricos que podem ser considerados heróis da pátria.
Imagens do Presidente	Essa categoria engloba todas as páginas em que há a presença de Getúlio Vargas nas ilustrações.
Moral e Bons Costumes	Todas as imagens que denotam padrões de “bom comportamento” e de “atos morais louváveis” correspondem a essa categoria.
Pátria/Civismo	Essa categoria abrange as páginas da cartilha que trazem, de algum modo, a presença de símbolos da pátria e da civilidade.

Fonte: Autoria própria

8.2 A operacionalização da análise

Haja vista que a metodologia estabelecida para a execução da análise fundamenta-se nas áreas da semiótica e da ideologia, e que as páginas da cartilha são analisadas em seus aspectos imagéticos e textuais, faz-se necessário, neste ponto do trabalho, o esclarecimento do modo como a análise, de fato, ocorrerá.

São analisadas duas páginas de cada uma das quatro categorias criadas, totalizando oito páginas. A ordem da análise dá-se de acordo com a ordem alfabética das categorias anteriormente descritas. A imagem e o texto de cada página são interpretados, em um primeiro momento, individualmente. Após, são correlacionados e analisados, conforme a metodologia previamente estabelecida, em perspectiva semiótica e ideológica, a fim de identificar qual – ou quais – dos cinco *modus operandi* de ideologia estão sendo expressos na respectiva página e como isso ocorre semioticamente.

9. IMAGEM, TEXTO, SEMIÓTICA E IDEOLOGIA: A ANÁLISE DA CARTILHA “A JUVENTUDE NO ESTADO NOVO”

9.1 A categoria “Heróis da Pátria”

Esta categoria corresponde às páginas da cartilha que trazem, de algum modo, a representação de personagens históricos que podem ser considerados heróis da pátria. Engloba as páginas 3, 14, 15, 18 e 19; e as páginas 1 e 21 (que abrem e encerram o conteúdo da cartilha). Serão analisadas as páginas de número 1 e 21 e a página 3.

Figura 1 - imagem constitutiva das páginas 1 e 21 da cartilha



Fonte: Museu Getúlio Vargas (2018).

Diferentemente das demais páginas da cartilha, as páginas 1 e 21 possuem um objetivo em especial: iniciar e encerrar o processo de leitura. Por esse mesmo motivo, pode-se afirmar que elas estão entre as páginas mais importantes do material. Não possuem texto, mas trazem, estrategicamente, a presença da figura histórica de Duque de Caxias.

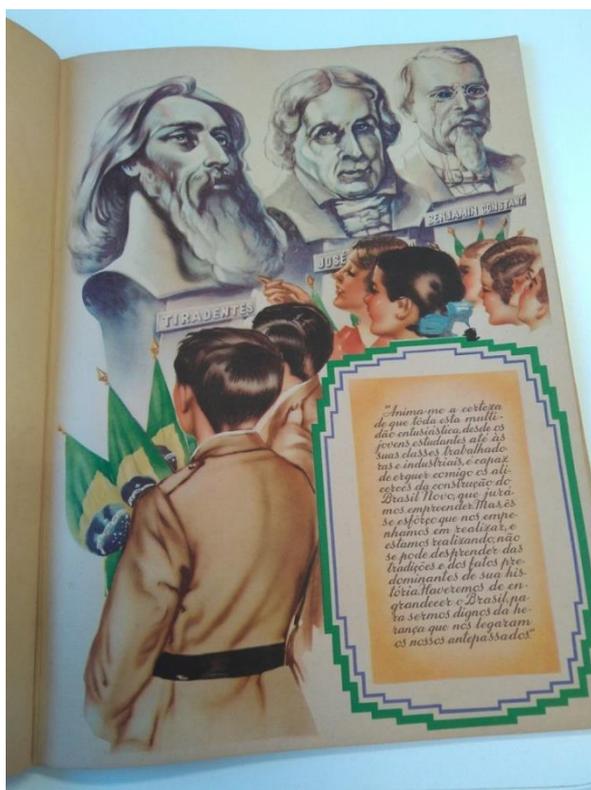
Nesse sentido, a representação do militar nas páginas pode ser interpretada, em perspectiva semiótica, como ícone, índice e símbolo simultaneamente. Como ícone, ao passo que ele é representado como figura histórica exemplar. Ao mesmo tempo, é também um índice daquilo que o Estado Novo pregava como alguns de seus pontos centrais: disciplina e culto à pátria – visto que ele foi um militar empenhado para com o Brasil. Ou seja, ao iniciar e encerrar o conteúdo da cartilha com a presença do Duque, o DIP buscou, por meio dos índices que podem ser atrelados à figura do grande militar que ele foi, reforçar os valores da ditadura varguista.

O aspecto simbólico de sua representação, no entanto, é o mais importante a ser analisado. Duque de Caxias é conhecido historicamente como “O Pacificador” – devido a sua luta e posição contrária às revoltas separatistas no Brasil do século XIX – e como o “Duque de Ferro” – o que, por sua vez, o torna símbolo de um ideal de coesão da República. Indiretamente, ao abrir e fechar o ciclo de leitura de uma cartilha que fala sobre Getúlio Vargas, transfere-se, em certo nível, a simbologia presente na figura do militar para a figura do presidente – ficando, assim, claros os porquês de sua presença no material.

Além do contexto semiótico, é possível perceber que a presença de Duque de Caxias objetiva endossar o conteúdo da cartilha, legitimando, assim, o presidente, e buscando tornar suas ações dignas de apoio geral. Por esses motivos, pode-se concluir que o modo de operação da ideologia presente nas páginas 1 e 21 da cartilha é a legitimação.

A próxima página a ser analisada na categoria é a de número 3.

Figura 2 - página 3 da cartilha



Fonte: Museu Getúlio Vargas (2018).

No texto: “Anima-me a certeza de que tãda esta multidão entusiástica, desde os jovens estudantes até às suas classes trabalhadoras e industriais, é capaz de erguer comigo os alicerces da construção do Brasil Novo, que jurámos empreender, Mas, êsse esforço que nos empenhamos em realizar, e estamos realizando, não se pode desprender das tradições e dos fatos predominantes de sua história. Haveremos de engrandecer o Brasil, para sermos dignos da herança que nos legaram os nossos antepassados.”.

Em relação à representação de heróis da pátria, a terceira página da cartilha é a mais rica da categoria, pois possui a presença de três deles: da esquerda para direita, respectivamente, Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. Antes de dar maior atenção às suas presenças, faz-se necessário focar, novamente, na representação de crianças uniformizadas e da bandeira nacional. Tais representações são uma prática comum explicitada na cartilha – a exemplo do que acontece na categoria “Imagens do Presidente” – cumprindo inclusive, nesse caso, as mesmas funções semióticas.

A imagem traz heróis diversos, que dedicaram suas vidas, de distintos modos, a uma mesma causa: a pátria. Assim como no caso da imagem de Duque de Caxias, a cartilha atrela as simbologias de luta pela nação e pelo país, às quais os heróis são ligados, à imagem de Getúlio Vargas. Todos os heróis podem ser considerados, também, ícones – à medida que são representados, nos bustos, em forma e semelhança – e índices. Ao trazer Tiradentes – um homem que morreu em nome de seu ideal político e social pela pátria – a imagem utiliza-o como índice da destreza de Getúlio, afirmando, implicitamente, que, se necessário, o presidente também morreria pelo Brasil.

Ao retratar José Bonifácio, conhecido como o Patriarca da Independência, a imagem utiliza desse título como objeto indicial da preocupação com a efetiva independência do Brasil, que se tornaria realidade com o Estado Novo. Tal interpretação pode ser apoiada pelo texto que acompanha a imagem, o qual faz menção a um “Brasil Novo” e que será engrandecido para poder, então, ser digno “da herança que nos legaram os nossos antepassados” – digno, no caso da representação de Bonifácio, da herança de independência por ele deixada.

O último herói da pátria presente na imagem é Benjamin Constant – um estadista e militar brasileiro responsável, dentre muitos aspectos, por reformas na educação no período em que foi Ministro da Instrução Pública, cargo que, hoje, pode ser comparado ao de Ministro da Educação. As páginas da cartilha relativas à categoria “Heróis da Pátria” apresentam um padrão constante de produção de sentido. A figura do herói é trazida como ícone, atrelada simbolicamente a Getúlio e utilizada como índice dos alicerces do Estado Novo. No caso, a representação de Benjamin Constant indica o empenho para com a educação que o Estado Novo possuía. O texto, que informa sobre o ímpeto por construir um Brasil forte enquanto estado e nação, complementa a construção do sentido da imagem. Sobretudo, quando fala em não se desprender dos fatos históricos que constituíram o Brasil – fatos, esses, representados por meio das figuras heroicas.

Crianças – novamente uniformizadas – observam os bustos das figuras históricas. Desse modo, transpassa-se ao receptor da mensagem, simbolicamente, uma posição de admiração para com aquilo que as figuras representam e, conseqüentemente, uma posição de respeito pelo passado da pátria e pelo legado histórico do qual o texto trata. Ainda nesse sentido, a partir do momento que crianças – ou seja, o futuro da pátria – são representadas contemplando o seu

passado por meio da admiração a figuras históricas, expressa-se, implicitamente, o intuito do Estado Novo de criar raízes para um Brasil cada vez mais nacionalista.

A unificação como *modus operandi* de ideologia predomina nessa página da cartilha de diversos modos. Em primeiro plano, através da presença de figuras históricas que lutaram pelo Brasil – as quais posicionam, de forma conjunta, a luta pela pátria como um ato que deve ser comum a todo cidadão brasileiro, por meio de suas simbologias ligadas aos ideais de disciplina militar e patriotismo. Em segundo plano, tal modo de operação da ideologia dá-se no nível indicial do uniforme utilizado pelas crianças da imagem. Há, ainda, em um terceiro plano, a figura da bandeira nacional, que reforça a ideia de patriotismo na qual a imagem está envolta. O texto, por sua vez, complementa os sentidos imagéticos da página ao fazer referência ao povo e sua capacidade de engrandecer o Brasil, desde que este tenha em mente honrar as tradições e a história do país. Em todos os sentidos citados, a unificação está presente, e, na página 3 da cartilha, mais do que em qualquer outra até o momento, o elemento principal que justifica a união ideológica é a pátria.

9.2 A categoria “Imagens do Presidente”

Essa categoria corresponde, conforme explicitado na tabela, a todas as páginas da cartilha em que há a presença de Getúlio Vargas nas ilustrações. O presidente aparece nas páginas de número 11, 12 e 17 e, destas, serão analisadas as duas primeiras. Analisar-se-á, primeiramente, respeitando a ordem crescente das páginas da categoria, a página 11, apresentada na figura abaixo.

Figura 3 - página 11 da cartilha



Fonte: Museu Getúlio Vargas (2018).

No texto: “Crianças! Aprendendo, no lar e nas escolas, o culto da Pátria, trarei para a vida prática todas as probabilidades de êxito. Só o amor constrói e, amando o Brasil, forçosamente o conduzireis aos mais altos destinos entre as nações, realizando os desejos de engrandecimento aninhados em cada coração brasileiro.”.

Têm-se, no sentido imagético, em primeiro lugar, duas representações que constituem a ilustração: a imagem das crianças e a imagem do presidente, com elas interagindo. No sentido textual, há um breve parágrafo que trata de questões educacionais atreladas ao amor pelo Brasil, ressaltando o quanto esse sentimento patriota pode levar ao engrandecimento do país e da nação. Todavia, analisando-se a página, respectivamente, em perspectiva semiótica e ideológica, é possível observar a presença, em forma de ícone, da bandeira nacional, visto que está representada em forma e semelhança. As crianças, ao estarem uniformizadas, são assim retratadas na intenção de explicitar, por meio de suas vestimentas, a posição de estudante à qual pertencem. O uniforme atua, então, como índice de igualdade, padronização e, por extensão, coesão e cimento social, além de complementar o sentido do texto, que trata de educação. Ainda nesse sentido, ao passo que há, na imagem, uma criança uniformizada segurando a bandeira do Brasil, esses elementos icônicos e indiciais conversam, intencionalmente, com a segunda frase do parágrafo: “Aprendendo, no lar e nas escolas, o culto da Pátria [...]”.

Existe, porém, um elemento simbólico ainda mais persuasivo na ilustração: a presença de Getúlio – mais que isso, a presença de Getúlio fazendo carinho em uma criança. É nesse ato que reside o referido elemento simbólico. Carinho é, por convenção social, símbolo de gentileza, sobriedade, dedicação. Ao representar Vargas dessa maneira, a ilustração agrega tais características à imagem do presidente, agindo também como índice de suas qualidades. Ou seja, há a interação entre símbolo e índice, com o objetivo de transpassar a ideia de um indivíduo bondoso, carismático e preocupado com o futuro.

Nas entrelinhas do que se expressa semioticamente nessa imagem, opera uma ideologia baseada em construir unidades que interligam indivíduos, que buscam caracterizar uma identidade coletiva. São exemplos disso a bandeira nacional – ou seja, a pátria como elemento de união – e o próprio uniforme das crianças, além do texto, que ressalta os “desejos de engrandecimento aninhados” no coração de todos os brasileiros. Logo, dentre os *modus operandi* de ideologia, é seguro afirmar que a unificação predomina na página 11 da cartilha “A Juventude No Estado Novo”.

Prosseguindo na categoria, a segunda página a ser analisada é a de número 12.

Figura 4 - página 12 da cartilha



Fonte: Museu Getúlio Vargas (2018).

No texto: “Precisamos reagir em tempo, contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as

tendências desagregadoras, infiltradas pelas mais variadas formas nas inteligências moças, responsáveis pelo futuro da nação.”.

Os aspectos imagéticos ilustrados na página são constituídos, semelhantemente à página anterior, pela figura do presidente e das crianças, e, do mesmo modo, ele é retratado interagindo com elas – embora, nesse momento, em um caráter mais “político”. O texto possui um tom reativo, como se estivesse endereçado a um grande inimigo ou malfeitor. A bandeira nacional e crianças uniformizadas aparecem novamente, seguindo a mesma lógica da ilustração anterior: o uniforme como índice, a bandeira como ícone, crianças em idade escolar exercendo sua paixão pela pátria. A diferença é que, agora, há uma multidão de crianças empunhando bandeiras; multidão, essa, que ovaciona Vargas enquanto ele parece discursar em local público.

Analisando-se a imagem em união com o texto, fica perceptível o porquê de sua composição ter sido feita desse modo. O texto expressa preocupação com o futuro da nação – com as crianças – as quais ouvem, atentamente, Getúlio retratando um inimigo em comum. Por mais que esse inimigo não esteja explícito nas palavras que compõem o parágrafo, ao qualificá-lo como uma tendência desagregadora, sugere-se, levando-se em conta, também, o contexto do período, que se está falando da oposição e seus ideais. Nesse sentido, tal adjetivação funciona como índice de um grande mal. Ao mesmo tempo, o fato de Getúlio estar proferindo, para uma multidão de jovens estudantes, um discurso preocupado, pode ser interpretado como símbolo de sua benevolência – qualidade que acaba sendo, por meio da ilustração, agregada à sua personalidade.

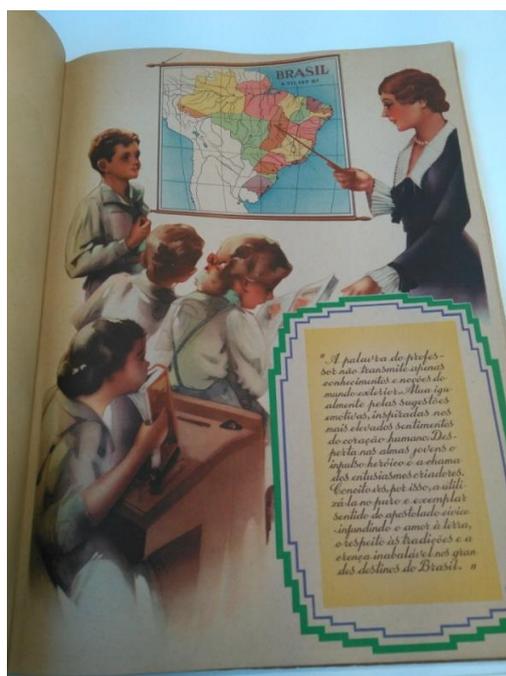
A página 12 da cartilha apresenta dois diferentes tipos de modos de operação da ideologia, um ligado ao texto, o outro, à imagem. Ao retratar crianças orgulhosas de seu país unidas em prol do discurso do presidente, infere-se, novamente, a unificação – a pátria, através do ícone da bandeira, une o povo, e o presidente, ao mobilizar multidões, também. Quanto ao texto, ao exprimir a presença de um mal que assola a juventude, segmenta a oposição a Vargas, projetando-a como uma ameaça a ser neutralizada. Ou seja, acontece o “expurgo do outro” nesse caso. Uma estratégia relativa ao *modus operandi* de ideologia denominado fragmentação – predominante na página –, a qual “envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual

os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo” (THOMPSON, 2002, p. 87).

9.3 A categoria “Moral e Bons Costumes”

Esta categoria corresponde às páginas da cartilha que, de algum modo, denotam padrões de “bom comportamento” e de “atos morais louváveis” e é contemplada pelas páginas 4, 7, 8, 9, 10 e 13. Destas, serão analisadas as páginas de número 7 e 8.

Figura 5 - página 7 da cartilha



Fonte: Museu Getúlio Vargas (2018).

No texto: “A palavra do professor não transmite apenas conhecimentos e noções do mundo exterior. Atua igualmente pelas sugestões emotivas, inspiradas nos mais elevados sentimentos do coração humano. Desperta nas almas jovens o impulso heróico e a chama dos entusiasmos criadores. Concito-vos, por isso, a utilizá-la no puro e exemplar sentido do apostolado cívico – infundindo o amor à terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil.”.

A imagem constitutiva da página 7 ilustra, literalmente, uma sala de aula formada por alunos dedicados, que prestam atenção aos ensinamentos da professora. O texto ratifica a imagem, trazendo, em suas palavras, a valorização do professor e o caráter de amor e dedicação inerentes à profissão. Todavia, em uma perspectiva semiótica, é possível perceber que cada detalha da imagem foi composto a fim de fazer alusão – a partir de um cenário ligado à educação e ao bom costume do estudo disciplinado – aos ideais de Getúlio Vargas e do Estado Novo. O Brasil, representado pelo mapa de seu território, é trazido como ícone. As crianças, na escola, devidamente uniformizadas, são, mais uma vez, índice de unidade, disciplina e coesão social.

Os aspectos icônicos e indiciais da imagem refletem, de maneira intencional, elementos referentes a conceitos que constituem as bases da ditadura de Vargas:

como ordem e pátria. Mas é nos aspectos simbólicos da página que reside a principal produção de sentido de seu conteúdo – mais especificamente, nas ações que as crianças representadas realizam e no tema da aula dada.

A aula é sobre o Brasil, e crianças, atentas, aprendem sobre o país. Desse modo, simboliza-se a valorização do aprender sobre o lugar em que se vive – afinal, conforme afirma o texto, Getúlio e a educação do Estado Novo transmitem a vontade de aplicar o aprendizado adquirido, acima de tudo, ao Brasil, com “respeito às tradições” e “crença inabalável” no país. Uma das crianças acompanha, com dedicação, seu livro didático, simbolizando a disciplina amiúde pregada pela ditadura. Outra, de pé, parece estar sendo questionada pela professora sobre o conteúdo da aula. Ao somarem-se tais elementos, fica evidente a construção simbólica de uma sala de aula perfeitamente regrada, composta por alunos empenhados em aprender, sob a tutela de uma professora que atua inspirada, conforme o texto, “nos mais elevados sentimentos do coração humano”.

Ou seja, ao articular a educação e a paixão por aprender e ensinar, imbuindo esses princípios em uma significação ligada à pátria, a página situa o cenário representado como símbolo da educação dada pelo governo, alavancando a imagem de Getúlio Vargas e do Estado Novo. Concomitantemente, à medida que tais princípios são ligados à pátria, acabam, conseqüentemente, evidenciando a intenção de interligar os indivíduos em uma coletividade de aprendizado, revelando, em cada expressão semiótica, a unificação como modo de operação de ideologia presente na página.

A próxima página a ser analisada na presente categoria é a de número 8.

Figura 6 - página 8 da cartilha



Fonte: Museu Getúlio Vargas (2018).

No texto: “Não se cogitará apenas de alfabetizar o maior número possível, mas também de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente da formação do caráter das novas gerações, imprimindo-lhe rumos de nacionalismo sadio.”.

A página 8 da cartilha sintetiza com perfeição o nome da categoria à qual pertence. Ilustra uma criança ajudando a levantar do chão uma senhora caída, tendo seu sentido complementado pelo texto, que faz referência à moralidade e disciplina como princípios formadores de um bom caráter. Há, no sentido imagético e semiótico, a presença simultânea de elementos icônicos, indiciais e simbólicos nas figuras humanas representadas. A criança e a senhora idosa são retratadas, em forma e semelhança, como ícones. Ao mesmo tempo, são também índices, respectivamente, dos conceitos de futuro e passado.

Construídos tais sentidos, a imagem leva a uma interpretação terceira, relacionada a seu aspecto simbólico. Ao passo que a criança – índice de futuro – é caracterizada auxiliando uma senhora idosa – índice de passado – expressa-se, através do ato do menino – que pode ser considerado símbolo de altruísmo, moral e

civilidade – a concepção de que, no Estado Novo, o futuro honrará o passado, reforçando-se o ideal de respeito às tradições e a ideia de que um bom futuro só poderá ser construído desse modo. O texto, ao trabalhar uma noção de moralidade cívica e formação de caráter das gerações futuras, auxilia na conclusão do sentido a ser passado pela página, conferindo unidade de discurso.

O que ocorre na página 8 da cartilha é a intenção de padronizar a formação de um bom caráter através do civismo e da moralidade retratados pelo ato do menino. De acordo com Thompson “formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica” (2002, p. 86). Ou seja, ao trazer a padronização em sua construção de sentido, é possível identificar, na página, a expressão de uma ideologia que opera pela unificação.

9.4 A categoria “Pátria/Civismo”

A última categoria abrange todas as páginas da cartilha que trazem a presença de elementos relacionados à pátria e à civilidade. Pertencem a essa categoria as páginas de número 5, 6, 16 e 20. Destas, serão analisadas as páginas de número 6 e 16.

Figura 7 - página 6 da cartilha



Fonte: Museu Getúlio Vargas (2018).

No texto: “Contemplai-a, agora, com maior e justificado orgulho. Ela tremúla só, única e dominadora, sobre todo o nosso vasto território. Símbolo do Brasil de hoje e de amanhã, bela e forte, afirma a unidade moral e material do nosso povo, numa síntese perfeita da sua existência e dos seus ideais de engrandecimento.”.

Nessa página, tanto no sentido imagético quanto textual, predominam traços nacionalistas de adoração e culto à bandeira do Brasil, como se fosse, praticamente, uma ode a ela. Há uma vasta gama de detalhes, desde a presença de um texto de tom imperativo e poético, que acompanha uma imagem composta por mulheres belas que empunham a bandeira, até o fechamento explícito de um sentido que gira em torno de um discurso de veneração da bandeira. Tanto o objeto como as mulheres são ícones, representados em forma e semelhança, e, apesar de a página fazer menção clara à bandeira nacional, a presença das mulheres é um elemento chave em sua construção de significado.

Mesmo enquanto ícones da figura feminina, as mulheres retratadas são também símbolos de beleza. Ideia, essa, que as posiciona como índice de algo que deve ser admirado. Assim, a imagem, em união com o texto, estende o significado de beleza e adoração, ligados à figura feminina, à imagem da bandeira, deixando nítida a intenção de comparação entre ambos os ícones. O texto, ao tratar o objeto como algo digno da mais autêntica adoração, ratifica o sentido criado, deixando evidente, também, o intuito de situar a bandeira como símbolo central do espírito de união do povo.

Outra estratégia de construção simbólica através da qual a unificação pode ser conseguida é o que podemos descrever como a *simbolização da unidade*. Essa estratégia envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidos através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos. Aqui, novamente, a construção de símbolos de unidade nacional tais como bandeiras, hinos nacionais, emblemas e inscrições de vários tipos são exemplos evidentes (THOMPSON, 2002, p. 86).

Como o próprio Thompson afirma no trecho acima transcrito, bandeiras são exemplos claros de simbolização da unidade. Ao passo que o texto possui a bandeira como ponto central, é seguro afirmar, de acordo com o que diz o autor, que a página 6 da cartilha “A Juventude No Estado Novo” utiliza da unificação como *modus operandi* de ideologia.

A próxima página a ser analisada dentro dessa categoria é a de número 16.

Figura 8 - página 16 da cartilha



Fonte: Museu Getúlio Vargas (2018).

No texto: "De mim, dou-vos a mais absoluta certeza de não faltar à vocação da minha vida, que é servir à Pátria, dia por dia, hora por hora, de minuto a minuto. Não há hesitação no meu espírito. Prefiro ser eliminado, trucidado, pela ferocidade humana, a ceder, uma linha sequer, na execução do programa de reconstrução moral e material do Brasil, dentro dos postulados de sadio nacionalismo que constituem a estrutura do Estado Novo."

A página de número 16 é composta pela imagem de um marinheiro lutando em um navio, em meio a um cenário marcado por sangue e pela presença da bandeira nacional. Seu texto pode ser assemelhado a um brado de Getúlio Vargas, objetivando demonstrar e comprovar sua devoção às causas do Brasil. Para além do aspecto icônico, representados, sobretudo, pelo marinheiro e pela bandeira, o sentido da página encontra-se postulado, principalmente, nos níveis de índice e símbolo.

Há, no chão do navio e no machado que o marinheiro segura, sangue – um elemento que, ao passo que é colocado no chão e nas armas, transforma-se em índice de que ocorreu uma luta. Há, também, junto à poça de sangue, uma espada caída: um elemento icônico que, ao estar posicionado no chão, junto ao sangue,

sugere que o marinheiro representado venceu um inimigo. A mesma relação de ideias pode ser atribuída ao fato de haver sangue no machado do marinheiro. A bandeira nacional, ao estar presente no cenário, sugere a noção de que a luta que está acontecendo é em prol do Brasil.

Todos esses elementos, articulados a um texto que explicita a total disposição de Getúlio Vargas de lutar – e, até mesmo, morrer – pelo Brasil, agregam a constituição de sentido ligada ao marinheiro que luta bravamente, à imagem do presidente. Ainda nesse sentido, fechando a produção de significação, não é arbitrária a escolha de um marinheiro representado na imagem. Por convenção social, marinheiros são homens corajosos, que vão até o fim por seus objetivos, podendo ser considerados símbolos, além da própria coragem, de força, destreza e perseverança. A ilustração, em conjunto com a atmosfera dada pelo texto, aproveita-se da simbologia em que a profissão de marinheiro está envolta, transferindo-a, a exemplo do que acontece com os índices, para a figura de Getúlio. Informa, ao fim, implicitamente, que, assim como um marinheiro, o presidente iria até o fim pelo seu objetivo: a execução do programa do Estado Novo.

Centralizando o discurso e o sentido em torno da personalidade do presidente, posicionando-o como um homem de coragem que morreria pela pátria, a página 16 da cartilha torna Getúlio um ponto em comum de esperanças pelo bem da nação. Ou seja, em um nível simbólico, o modo de operação de ideologia presente na página é a unificação, transformando o presidente em “uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva” (THOMPSON, 2002, p. 86).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver a presente pesquisa foi de grande valia, primeiramente, em sentido de aprimoramento pessoal, e, primordialmente, em sentido daquilo que fica, a partir das impressões e informações obtidas, para a academia e o estudo da publicidade atrelada à política. A partir do tema e objetivo de realizar a investigação da representação da ideologia no Estado Novo em seus elementos semióticos, articulada à teoria social-crítica de Thompson, analisou-se uma cartilha produzida e distribuída aos jovens nas escolas durante a ditadura de Getúlio Dornelles Vargas, intitulada “A Juventude No Estado Novo” – categorizando suas páginas, com ênfase analítica em sua produção de sentido e expressão ideológica.

Para atingir as metas propostas, em primeiro lugar, focaram-se esforços na seleção de um aporte teórico que possibilitasse coerente análise. Nesse sentido, a utilização dos autores base da pesquisa – Charles Sanders Peirce e John B. Thompson – com seus respectivos estudos sobre semiótica e ideologia, permitiu, de fato, a execução de um estudo fidedigno dos elementos constitutivos das páginas da cartilha.

A semiótica peirceana proporcionou ferramentas variadas para análise do aspecto imagético das páginas, ao passo que seus conceitos de ícone, índice e símbolo adaptaram-se, com precisão, à composição das imagens. Desse modo, permitiu a obtenção de considerações importantes tanto sobre a representação de objetos – como a bandeira nacional e uniformes – quanto das figuras humanas e as ações que eram retratadas desempenhando – a exemplo de Getúlio Vargas interagindo com crianças.

Os modos operacionais de ideologia de Thompson revelaram-se de grande auxílio para a percepção de como absolutamente nenhum elemento constitutivo das páginas foi arbitrário. Muito pelo contrário, é possível afirmar, ao final dessa pesquisa, que a cartilha é um material integralmente ideológico, em todos os seus sentidos e finalidades. Ao mesmo tempo, um fator comprovante de que a escolha dos estudos dos *modus operandi* foi assertiva, é o fato de que, em todas as análises das páginas, pelo menos um deles foi identificado e aplicado com precisão.

Em perspectiva isolada, os estudos dos teóricos mostraram-se eficientes aos propósitos da pesquisa. A metodologia, então, ao articular ambas as teorias, elevou suas potencialidades. Associando-se as ideias dos autores, foi possível

correlacionar os sentidos imagéticos e textuais das páginas, além da formulação de análises que levaram em conta não apenas aquilo que se apresentava diante dos olhos, mas também o contexto histórico da época e as intenções de Getúlio Vargas e do Departamento de Imprensa e Propaganda a partir disso.

Nesta parte das considerações finais, chega-se, de fato, à análise executada. Tendo isso em vista, faz-se necessário ressaltar que serão realizadas considerações, em ordem alfabética, das quatro categorias criadas.

A categoria “Heróis da Pátria” deixou claro, em sentido semiótico, seu intuito de agregar a imagem dos heróis representados à imagem de Getúlio Vargas e, por consequência, do Estado Novo e seus ideais. Tal fato fica claro quando, por exemplo, a figura de Duque de Caxias abre e encerra o clipe de leitura do documento. Esse é um padrão identificável da produção de sentido das páginas analisadas da categoria. Os ícones, índices e símbolos tendem a ser transferidos, por meio de comparações subentendidas – ou seja, implícitas – aos elementos do Governo Vargas. Há padronização clara, também, na forma de retratar os heróis, que são representados de forma icônica, para que, então, no decorrer da leitura da página, suas simbologias sejam atreladas às intenções do Estado Novo.

Não por acaso, há a utilização das figuras de Duque de Caxias, Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. Essas personalidades possuem um determinado – e estratégico – ponto em comum: todas, de alguma maneira, lutaram e dedicaram suas vidas à pátria. Além disso, a maioria são figuras militares reconhecidas. Ambos esses pontos são também ideias centrais do Estado Novo – o amor à pátria e o militarismo. Ao mesmo tempo, operam duas ideologias na categoria, as quais, embora diferentes, complementam-se em questão de significação. As figuras históricas legitimam, por meio de suas simbologias, em sentido ideológico, as atitudes do Estado Novo. Ademais, são também um norte comum construído a partir de um conceito central nacionalista, unificando o povo ideologicamente.

As páginas correspondentes à categoria “Imagens do Presidente”, acima de tudo, buscam alavancar a imagem de Vargas. Esta intenção fica explícita em seus aspectos imagéticos e textuais, bem como nos aspectos semióticos e ideológicos. Há, nelas, práticas comuns que permitem tais conclusões: a centralização da figura do presidente e a presença de crianças uniformizadas que prestigiam a sua figura. Desse modo, é perceptível a utilização de elementos de união focados, sobretudo,

nos atos que o presidente é representado realizando: um discurso para uma multidão e a interação com crianças.

A partir disso, é possível afirmar que, ideologicamente, Getúlio Vargas é retratado, em caráter de líder carismático e popular, como um homem que une o povo – o que comprova a utilização do *modus operandi* de ideologia da unificação a fim de realçar, às massas, esse caráter. Um dos objetivos desse Trabalho de Conclusão de Curso é permitir a comparação entre práticas políticas utilizadas em outros períodos históricos com as utilizadas nos dias atuais. Transferindo-se, então, para o presente, é possível perceber que a representação de líderes como carismáticos acontece até os dias de hoje – afinal, não raro, veem-se os candidatos, em suas campanhas, interagindo com o povo, de modo similar ao que Getúlio é representado na cartilha.

As páginas da categoria “Moral e Bons Costumes” são peça chave para a formulação do sentido a ser passado pela cartilha. Há a utilização frequente da representação da figura humana da criança. Pode-se, inclusive, concluir, a partir desse fato, que essa representação é realizada objetivando ressaltar a preocupação do Estado Novo para com o futuro do país – tanto no sentido de aprendizado quanto de moralidade. É por esse motivo que são retratadas crianças, respectivamente, aprendendo na escola, e auxiliando uma senhora idosa na rua.

A exemplo do que acontece na categoria “Heróis da Pátria”, fica destacado o intuito de agregar as ações executadas pelas crianças representadas aos ideais do Estado Novo. É possível, por esse mesmo motivo, inferir que as páginas dessa categoria possuem preocupação total em fixar na mente do receptor de sua mensagem a ideia de disciplina, moralidade e patriotismo da ditadura. Fica explícito, também, nesse ponto, o caráter doutrinador e difusor dos princípios do Estado Novo nas jovens mentes. Tais ideias manifestam-se, principalmente, através da expressão de um conceito de padronização de comportamento, que busca unificar a juventude em prol de um suposto ideal correto a ser seguido.

As páginas da categoria “Pátria/Civismo” concentraram seus esforços em incorporar e reforçar a ideia de pátria dentro do conteúdo do material. Essa informação pode ser comprovada pela primeira imagem analisada – que traz a bandeira como um elemento digno de veneração – e também pela segunda – que, por sua vez, realça o conceito de pátria ao explicitar o ideal de luta pelo Brasil. Para produzir essa associação de sentidos, há o forte uso de elementos icônicos, a fim de

produzir significados ligados às concepções de território nacional, nação, luta e paixão pela pátria.

Uma vez instaurados os referidos ícones, as páginas levam à identificação e comparação de seus elementos indiciais e simbólicos com a figura do presidente. Essa é, seguramente, uma das práticas mais utilizadas na construção de sentido da cartilha – aspectos semióticos são expressos e, por conseguinte, comparados implicitamente com o presidente e/ou seu governo.

Outro aspecto que fica claro é a frequência da unificação como modo operacional de ideologia – o que também acontece nessa última categoria. Esse é um dado de extrema importância, pois permite afirmar que uma das estratégias utilizadas por Getúlio Dornelles Vargas para obter a aceitação e a simpatia de pessoas de todas as classes sociais foi situá-las dentro de uma mesma unidade – a partir de uma perspectiva nacionalista de pátria.

De modo geral, o conteúdo expresso na cartilha “A Juventude No Estado Novo” traz noções ligadas, com frequência, ao intuito de educar as jovens mentes aos preceitos constitutivos do Estado Novo. Fato, esse, que ocorre de variadas maneiras. Entre elas, podem-se citar a representação de Getúlio Vargas como líder adorado pelo povo, as comparações subentendidas entre as demais figuras representadas e o presidente, além da apropriação de índices e símbolos – utilizada, em maior ou menor nível, em todas as páginas analisadas.

Dentre os modos operacionais de ideologia identificados, a unificação possui preponderância sobre os demais. Isso mostra que a cartilha buscava não apenas apresentar os moldes estado-novistas e, a partir deles, doutrinar, mas também que, para receber aceitação enquanto período ditatorial que foi, o Estado Novo buscou trabalhar, persuasiva e ideologicamente, perante o povo brasileiro, a qualidade uniforme do patriota que ajuda a desenvolver o Brasil enquanto estado e nação. Desse modo, Getúlio Vargas foi posicionado, concomitantemente, a partir da cartilha, como o presidente que imprimiu esse rumo à nação e como mais um desses patriotas empenhados para com o país – atributos que, sem dúvida, contribuíram para sua aceitação enquanto ditador.

A produção da presente pesquisa permitiu, além da oportunidade de descobrir os dados apresentados, o enriquecimento acerca do conceito de Propaganda através das relações feitas ao longo do trabalho, que possibilitaram relevante análise mediante o modo como o Getúlio Vargas agiu durante o Estado Novo no que diz

respeito à sua promoção pessoal e à imagem que tinha a intenção de concretizar na mente da população.

Foi possível articular, a partir das teorias e da metodologia, satisfatória base de análise do objeto de estudo e observação dos resultados, além da conclusão dos objetivos propostos. Getúlio Vargas e, conseqüentemente, o Estado Novo e o DIP utilizaram, com maestria, a Propaganda a seu favor, em seu caráter mais puro e conotativo. Desse modo, entrelaçou-a – como a cartilha comprova –, às linhas de seu governo, caracterizando-a como, dele, parte mais que constitutiva – obrigatória e necessária aos seus intuítos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2007.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (Rio de Janeiro, RJ). *A Juventude No Estado Novo*. Rio de Janeiro, 1937-1945.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NÖTH, Winfried. **Panorama da semiótica: de Platão a Peirce**. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.